

O PERFIL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: o caso do IFNMG – *Campus Avançado Janaúba*

THE PROFILE OF INTEGRATED HIGH SCHOOL STUDENTS IN THE FEDERAL INSTITUTES: the case of IFNMG – Campus Advanced Janaúba

¹Bruna Tatianne Moura de Queirós.

²Tânia de Freitas Resende.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Janaúba.

E-mail: bruna.queiros@ifnmg.edu.br.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9399-1824>

²Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: taniaresende@ufmg.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4275-7426>

Artigo submetido em 30/07/2021, aceito em 18/09/2023 e publicado em 21/09/2023.

Resumo: O objetivo deste artigo é colocar em debate o perfil atual dos alunos que acessam o ensino médio integrado da Rede Federal de Educação, a partir de evidências de modificações desse perfil ao longo do tempo. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, recorrendo ao *Google Acadêmico* e ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES; pesquisa documental e um estudo de caso no IFNMG - *Campus Janaúba*. Chegou-se a conclusão de que, apesar das limitações para traçar o perfil geral dos alunos da Rede Federal, e de a renda familiar desses alunos não ser em geral alta, parece haver uma tendência de aumento da procura dos Institutos Federais por grupos relativamente mais favorecidos. No caso do *Campus Janaúba*, verifica-se que o nível de escolaridade dos pais é bastante superior ao predominante no município.

Palavras-chave: Institutos Federais; perfil de alunos; ensino médio integrado.

Abstract: The aim of this article is to debate the current profile of students who attend the integrated high school of the *Federal System of Education*, based on evidence of its changes over time. We carried out a bibliographic research, using *Google Scholar* and CAPES Theses and Dissertations Bank; documental research and a case study at IFNMG – *Campus Janaúba*. We conclude that, despite the limitations in tracing the general profile of students in the Federal System, and that students' family income is generally not high, there seems to be a tendency towards an increase in the demand for Federal Institutes by relatively more privileged groups. In the case of *Campus Janaúba*, parental level of education is higher when compared to the city's population in general.

Keywords: Federal Institutes; student profile; integrated high school.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem, como principal objetivo, discutir qual o perfil atual dos estudantes que cursam o ensino médio integrado ao técnico na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCCT)¹. Diante das evidências de que esse perfil tem se modificado ao longo do tempo, adota-se a premissa de que conhecê-lo é importante para o planejamento de políticas públicas no campo da educação profissional e de ações pedagógicas no âmbito da referida Rede.

A Rede Federal de Educação tem suas primeiras origens nas Escolas de Aprendizizes Artífices, instauradas no Brasil em 1909. Criadas como meio de assistir aos jovens de classes menos favorecidas, tais escolas ensinavam, além de ofícios diversos, as “primeiras letras”.

Entre os anos 1930 e 1940, essa prática assistencialista é remodelada. A fim de atender à necessidade de mão de obra qualificada, em face do processo de industrialização, a educação profissional passa a ser ofertada em grau médio e direcionada àqueles que, supostamente, tivessem aptidão física e mental – apesar de ainda ser demandada, sobretudo, pelos jovens mais pobres. Nesse contexto surgem as Escolas Industriais, Técnicas, Agrícolas e Agrotécnicas.

A partir de então, tais escolas passam por sucessivas mudanças em termos de regulamentação e, por conseguinte, de sua organização, culminando mais tarde no surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou Institutos Federais (IFs)².

Os Institutos Federais surgem com uma proposta de verticalização do ensino, ofertando a educação básica, técnica e superior, de modo a atender, sobretudo, os segmentos alijados historicamente do processo educacional. Em se tratando da educação básica, os Institutos Federais ofertam o ensino médio integrado, direcionado aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos. O objetivo é de conduzir os estudantes à conclusão do ensino médio e à obtenção de habilitação profissional técnica ao mesmo tempo e na mesma instituição educacional. Contudo, há elementos para acreditar que essa modalidade de ensino tem sido acessada, na atualidade, por um público diferente daquele ao qual foi inicialmente direcionada a educação profissional – no caso, um público relativamente mais favorecido do ponto de vista socioeconômico.

Tais elementos advêm, inicialmente, da própria realidade empírica. Têm sido recorrentes, no contato com profissionais que atuam no Ensino Médio Integrado ao Técnico em Institutos Federais – contato esse que é frequente para uma das autoras deste texto -, os relatos a respeito de uma diversificação do público por eles atendido. Segundo esses relatos, cada vez mais os IFs estariam sendo acessados, ao lado de estudantes de camadas populares – muitos dos quais vivendo em situação de significativa vulnerabilidade -, também por adolescentes de origem mais favorecida, filhos de pais professores, profissionais liberais e, em alguns casos, de comerciantes, empresários e produtores rurais.

Ademais, é importante observar que, recebendo investimentos em recursos humanos e em infraestrutura que são diferenciados em relação ao conjunto das escolas públicas de ensino médio, os Institutos Federais, de modo geral, tornaram-se instituições de referência nas regiões onde atuam. Na Educação Básica, estão entre as escolas mais bem avaliadas nos *rankings* do ENEM, sobretudo no conjunto de escolas públicas. Isso permite supor que tais

¹ A RFEPCCT, comumente denominada de “Rede Federal de Educação” é constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Dom Pedro II (BRASIL, 2008).

² Neste estudo optamos pelo uso do termo “Institutos Federais” e utilizaremos também, para maior fluidez do texto, a sigla IFs.

instituições estejam “atraindo os olhares” de diferentes sujeitos, com projetos educativos diversos, não necessariamente focados na educação profissional de nível médio. Compreender se isso de fato acontece e ter clareza do público atendido pelos IFs parece fundamental para a discussão de seu papel educacional, social e político no âmbito do sistema de ensino brasileiro.

Ao iniciar estudos bibliográficos sobre o assunto - detalhados no item 4 deste artigo - verificamos que eles apontam, de fato, para uma tendência de mudança no perfil, com entrada de grupos relativamente mais favorecidos, mas indicam também a necessidade de considerar os contextos específicos nos quais os IFs se situam – por exemplo, grandes metrópoles ou cidades menores. Nesse cenário, propusemo-nos a investigar o perfil dos alunos do ensino médio integrado na Rede Federal como um todo (por meio de pesquisa bibliográfica e documental) e, de modo mais específico, realizamos um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus Avançado Janaúba* (através de pesquisa de campo). Esperamos, dessa forma, tanto colaborar para a reflexão sobre o ensino médio integrado ao técnico na Rede Federal quanto, de modo mais amplo, contribuir para a discussão das desigualdades escolares no país, na medida em que o acesso a uma instituição pública reconhecida socialmente como de prestígio pode representar possibilidades de mobilidade social para um estudante oriundo de meios desfavorecidos, ou pode constituir uma estratégia de reprodução de posições sociais para jovens pertencentes a famílias de renda e escolaridade relativamente mais altas.

Para compreender melhor o contexto que justifica essa proposta, faz-se necessário revisitar as principais mudanças na configuração da educação profissional de nível médio no Brasil, no âmbito das quais se compreende a criação dos Institutos Federais e da modalidade de ensino médio integrado ao técnico, ficando claro o público preferencial para o qual foi pensada essa modalidade de formação. Uma síntese a esse respeito será apresentada no próximo tópico deste artigo. No tópico seguinte serão melhor detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa que embasou o texto e, finalmente, nos tópicos 4 e 5, discutiremos os principais resultados.

2 AS MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ou Rede Federal tem suas origens, no Brasil, no ano de 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, instaura 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados, com o objetivo de “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909, p. 1, *sic*).

Nesse contexto, a educação profissional é utilizada numa perspectiva assistencialista (CUNHA, 2000, p.36), como meio de qualificação de crianças e jovens das classes desfavorecidas, que aprendiam a desenvolver ofícios diversos e, ao mesmo tempo, recebiam instrução primária.

A partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, no período denominado de “Era Vargas”, a educação profissional transita da inclusão de jovens carentes para a formação de mão de obra qualificada. Em um contexto de expansão industrial, o governo sente a necessidade de investir em políticas públicas educacionais, de modo a atender às demandas do mercado, portanto, reorganiza o seu sistema educacional. Assim, em 1942,

promove a Reforma denominada Capanema e altera a configuração do ensino primário, dos vários ramos da educação profissional (comércio, indústria, agricultura) e do ensino normal.

Por conseguinte, o ensino profissional, antes vinculado ao ensino primário, passa a ser ofertado em grau médio, por meio de Escolas Industriais, Técnicas, Agrícolas e Agrotécnicas. Verifica-se que “a pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um

ofício, embora não perdesse seu caráter necessário” (CUNHA, 2000, p. 36), passando-se a exigir, prioritariamente, aptidão (física e mental) ao trabalho (CUNHA, 2000).

A Reforma Capanema possibilitou também que o certificado de conclusão da educação profissional permitisse o acesso ao ensino superior. Contudo, de forma restrita, já que os concluintes da educação profissional só poderiam ingressar em cursos superiores da mesma área do curso técnico realizado. Somente em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é que a equivalência plena entre os cursos profissionais e o secundário é alcançada (FRIGOTTO, CIAVATA, RAMOS, 2010).

Em 1971, o sistema educacional passa por uma nova Reforma - direcionada à reformulação dos Ensinos de 1º e 2º graus - que impôs a profissionalização obrigatória de nível médio a todas as escolas públicas e privadas do país. Tais medidas foram adotadas como forma de, por um lado, atender às demandas do mercado por mão de obra qualificada (técnicos de nível médio), em face do processo de industrialização que se delineava no cenário brasileiro. E por outro, de “atender” as reivindicações sociais por maior escolaridade (MOURA, 2010). Contudo, a profissionalização obrigatória no segundo grau não funcionou. De um lado estavam as escolas públicas, sem infraestrutura e recursos humanos adequados; de outro, as escolas privadas, que não se submetiam à lei (MOURA, 2010).

Diante desse cenário, no final da década de 1970, o governo promove mudanças no ensino superior, de modo a atender a demanda por esse nível de ensino. Por meio da Lei nº. 6.545/1978), três Escolas Técnicas Federais - do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com a possibilidade de oferta de cursos de nível superior, de graduação e pós-graduação na área tecnológica; e cursos de licenciatura voltados à formação de professores do ensino técnico e tecnológico - sem prejuízo dos cursos de nível médio já ofertados (BRASIL, 1978).

Considerando o processo de transformação de Escolas Técnicas Federais em CEFETs, “outras instituições reivindicaram o mesmo *status*, considerado superior dentro da educação profissional” (OTRANTO, 2011, p. 6). Assim, em 1994 o governo federal cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, pela Lei nº. 8.948, oportunidade na qual as escolas técnicas federais e agrotécnicas de um modo geral, poderiam ser transformadas em CEFETs (CIAVATA, 2010, p.164).

A partir de 1996, com a promulgação de uma nova LDB, a educação profissional passa por novas transformações. A referida lei prevê que “a educação profissional será desenvolvida em **articulação** com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996, art. 40, *grifo nosso*). Em 1997, é promulgado o Decreto nº. 2.208/1997, que estabelece a organização da educação profissional em três níveis de ensino: básico, técnico e tecnológico. O primeiro, destinado à qualificação de trabalhadores, é independente de escolaridade prévia; o terceiro corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica; e o segundo, que nos interessa especificamente neste texto, é “destinado a proporcionar habilitação profissional a **alunos matriculados e egressos do ensino médio**” (Brasil, 1997, art. 3º, *grifo nosso*).

Dessa forma, o Decreto supracitado reconfigura a oferta da educação profissional de nível técnico, prevendo-a apenas de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio. No primeiro tipo de ensino, o aluno cursaria o ensino médio e o ensino técnico no mesmo decurso, com duas matrículas distintas, seja na mesma instituição ou em instituições diferentes; no segundo, o estudante realizaria apenas o ensino técnico, pois já deveria ter concluído ensino médio (BRASIL, 1997). Consolida-se, portanto, a separação do ensino médio e da educação profissional. O referido Decreto simplesmente extingue a oferta do ensino médio profissionalizante, existente até então, modalidade de ensino em que os jovens realizavam o ensino médio e técnico ao mesmo tempo, em uma mesma instituição de ensino e por meio de matrícula única.

O fato é que a separação entre o ensino médio e técnico gerou insatisfação por parte de setores ligados à educação profissional - como sindicatos, pesquisadores, profissionais da rede. Foram realizadas intensas e acaloradas discussões sobre o assunto, no cenário de transição política que se delineava antes de 2003. O cerne da questão era justamente a necessidade de se buscar um ensino que garantisse uma base de formação geral e profissional para os jovens, sobretudo para aqueles oriundos de meios menos favorecidos, que precisavam se inserir no mercado de trabalho precocemente, não podendo “se dar ao luxo” de esperar concluir a faculdade para conseguir um emprego (MOURA, 2010).

Aliado a esse fator, a crise do ensino médio, evidenciada pelos altos índices de distorção idade-série e evasão, também foi considerada. Tudo isso culminou na revogação do Decreto nº. 2208/1997, em 2004, pelo Decreto nº. 5.154, que propiciou o retorno da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade integrada (MOURA, 2010).

Em 2005, a Lei n.º 11.195/2005 facultou à União a expansão da oferta de educação profissional, por meio da criação de novas unidades de ensino³. A partir daí, amplia-se significativamente a Rede Federal de Educação Tecnológica, com a implantação de 60 novas instituições nesse ano e de 150 em 2007 (MEC/SETEC, 2007).

Em 2008, é criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e com esta, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir de um processo de reorganização pelo qual as escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs ainda existentes foram integrados aos referidos Institutos.

Os Institutos Federais surgem com a finalidade de promover a verticalização do ensino e sua interiorização, ou seja, proporcionar a oferta da educação básica, profissional e superior e, por meio da estrutura multicampi, “chegar” às regiões interioranas do país. A proposta era criar uma instituição capaz de atender às demandas não só econômicas, mas também sociais e culturais, observando as particularidades locais e regionais. Nas palavras do então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (PACHECO, 2010, p. 18), os Institutos Federais deveriam assegurar ações visando integrar “setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”, afirmando “uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social”.

Os Institutos Federais se tornam responsáveis, sobretudo, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008). Essa modalidade de curso vinculada à educação básica é destinada aos concluintes do

³ Antes da promulgação da Lei nº. 11.195 de 2005, a União somente poderia criar escolas de educação profissional mediante parceria com Estados, Municípios, setor produtivo ou organizações não governamentais. A referida Lei **desobriga** a participação desses agentes, apesar de priorizar os sistemas de parcerias (grifo nosso).

ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos, com o objetivo de conduzir os estudantes à conclusão do ensino médio e à obtenção de habilitação profissional técnica ao mesmo tempo e na mesma instituição de ensino.

Na educação básica, os Institutos Federais têm sido socialmente reconhecidos como “ilhas de excelência”, sobretudo no conjunto de escolas públicas, como afirma reportagem de OLIVEIRA (2016, p. 1). No ano de 2015, os alunos dos IFs obtiveram, no Programa

Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), notas equivalentes às de estudantes de países desenvolvidos como Coréia do Sul, Canadá e Hong Kong. Em 2016, os IFs lideraram a nota do ENEM em quatorze Estados brasileiros (SALDAÑA, TAKAHASHI, GAMBA, 2018). Os resultados também são visíveis quando da aprovação dos egressos dos Institutos em cursos superiores altamente seletivos das universidades públicas, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (NOGUEIRA et. al, 2017).

Nesse contexto, indagamos quem são os alunos que ingressam no ensino médio nos Institutos Federais, na atualidade. São os mesmos alunos de meios menos favorecidos, os quais constituíram o público inicial da educação profissional de nível médio e estiveram na base da justificativa de criação dos IFs? Ou esse público sofreu alteração?

Tais indagações se justificam, além dos elementos já apontados neste texto, ao se considerar que, para ingressar nos cursos integrados na maioria dos Institutos Federais de Educação, os candidatos passam por um exame de seleção (prova objetiva), que exige uma base prévia de conhecimentos científicos. Sabe-se que esse tipo de seleção privilegia os mais favorecidos socialmente (MENDES, 2015) e aqueles com boa formação no ensino fundamental (OLIVEIRA, 2010), o que reforça a seleção social e a hierarquia escolar (BOURDIEU E PASSERON, 2008). Contudo, não podemos afirmar que não ingressem alunos menos favorecidos, já que 50% das vagas são direcionadas aos oriundos de escolas públicas, em observância à Política de Cotas, havendo, dentro dessa porcentagem, reserva para aqueles com menor poder aquisitivo e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas⁴.

Em meio a esse dilema é que nos propusemos a realizar o presente estudo, buscando construir uma caracterização geral do público atendido no ensino médio integrado pela Rede Federal e elegendo como campo empírico, para uma investigação mais detalhada, o IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba, de modo a identificar o perfil dos alunos que ingressam no Curso Técnico de Informática para a Internet, integrado ao ensino médio, na referida instituição.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS/MATERIAIS E MÉTODOS

Na tentativa de identificar o perfil dos alunos que cursam o ensino médio integrado na Rede Federal - considerando indicadores como: sexo, cor/raça, escolaridade dos pais e renda familiar – lançamos mão de algumas técnicas de recolha de dados, de acordo com o detalhamento abaixo:

a) Consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com os seguintes descritores: 1)

⁴ 1) As cotas são divididas em duas modalidades: 1 - Egressos de escola pública com **renda familiar bruta igual ou inferior** a 1/5 salário mínimo *per capita*; 2- Egressos de escola pública com **renda bruta superior** a 1/5 salário mínimo *per capita*, havendo ainda, dentro de cada uma destas, quatro subdivisões de estudantes: a) que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas; b) que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga); c) que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (3 vagas); d) que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga).

perfil aluno federal; 2) perfil instituto federal; 3) perfil ensino médio integrado; 4) perfil aluno instituto federal. O número de trabalhos encontrados foi imenso e os assuntos, diversos. Acrescentamos o descritor “estratégias de escolarização Instituto Federal”, ainda localizando

muitos trabalhos. Selecionamos, assim, estudos de modo mais aleatório, considerando os títulos e privilegiando inclusive alguns citados nas referências de pesquisas já localizadas anteriormente. Dentre os estudos priorizados, temos: Franco (1987); Almeida (2008); Oliveira (2010); Mendes (2015); Andrade e Cruz (2016); Pereira (2016) e Rodrigues (2018).

b) Busca no Google Acadêmico: foram utilizados os mesmos descritores supracitados. Identificamos 57 (cinquenta e sete) trabalhos, dos quais 50 (cinquenta)⁵ foram eliminados, seja por não terem relação com a pesquisa ou por já terem sido considerados no estudo. Os 7 (sete) trabalhos remanescentes foram lidos e sistematizados. Contudo, apenas 4 (quatro) foram considerados para a pesquisa - Santos e Santos (2015); Alkmim (2017); Dicetti et al. (2018) e Zibenberg (2018) -, pois os demais não diziam respeito especificamente ao perfil de alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.⁶

c) Levantamento de dados sobre a Rede Federal de Educação, através da Plataforma Nilo Peçanha⁷: A Plataforma é um ambiente virtual de coleta e divulgação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), cujo objetivo é reunir dados das instituições vinculadas à rede, de modo a contribuir com a sua gestão (MEC, 2019). Coletamos, por meio da Plataforma, informações disponíveis sobre o perfil dos alunos da Rede Federal, como: sexo; cor/raça e renda familiar.

d) Pesquisa de campo no IFNMG – Campus Avançado Janaúba, realizada face às lacunas existentes no que tange ao conhecimento do perfil dos estudantes do ensino médio integrado ao técnico na Rede Federal como um todo, além da existência de variações conforme a localidade. A escolha do IFNMG Janaúba se deu pela facilidade de acesso, sendo este levantamento parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida nesse Instituto.

O *Campus Avançado*⁸ Janaúba é um dos onze campi que fazem parte do IFNMG, instituição criada em 2008, por meio da integração da Escola Agrotécnica Federal de Salinas e do CEFET de Januária (IFNMG, 2013). Vinculado à Reitoria do IFNMG e representado localmente por um Diretor, está localizado em uma cidade com estimativa populacional de 71.648 habitantes em 2019 (IBGE, 2020). Janaúba situa-se no norte de Minas Gerais, na área mineira do semiárido brasileiro, caracterizada por apresentar, em termos gerais, baixos indicadores socioeconômicos (XIMENES, 2016).

O *Campus Janaúba* iniciou suas atividades no ano de 2014, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – cursos de qualificação profissional de curta duração. Somente no ano de 2016 é que teve início o primeiro curso de ensino profissional integrado ao ensino médio - o curso de Informática para a Internet, com duração de três anos. São 35 (trinta e cinco) vagas ofertadas a cada ano para esse curso, que será o foco do estudo em questão, considerando ser ele o único curso integrado, e de oferta regular, implantado no

⁵ Os trabalhos que não estão relacionados ao estudo referem-se a assuntos diversos: perfil de alunos de universidades federais (graduação e pós), egressos de cursos superiores, perfil de servidores/gestores; perfil de alunos de institutos federais, mas de outras modalidades de cursos (concomitante/subsequente); perfil antropométrico, entre outros.

⁶ Tanto a consulta ao Banco da CAPES quanto a busca no Google foram realizadas em janeiro de 2019.

⁷ Para consultar a Plataforma Nilo Peçanha, acessar <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

⁸ Entende-se por Campus Avançado todo aquele vinculado administrativamente a outro campus ou à Reitoria e cujas atividades se centram, sobretudo, na oferta de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada (MEC, 2013, art. 3º).

Campus quando do início da pesquisa⁹. Do total de vagas disponibilizadas por meio de Edital, 50% são reservadas para as cotas¹⁰ e as demais para a ampla concorrência.

A fim de avaliar o perfil do público que ocupa essas vagas, foram aplicados questionários socioeconômicos às turmas do Curso de Informática para a Internet, na modalidade integrado, ingressantes nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 e às suas respectivas famílias. Além disso, recorreu-se também à pesquisa documental, por meio da base de dados da Instituição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O PERFIL DOS ALUNOS DA REDE FEDERAL: UM PANORAMA DOS DADOS OBTIDOS

Dos estudos identificados por meio do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do *Google Acadêmico*, destacaremos inicialmente as pesquisas de Franco (1987) e Mendes (2015). Por caracterizarem o público do ensino médio profissionalizante das Escolas Técnicas e Agrotécnicas - que deram origem aos Institutos Federais - nos anos 1960 e 1980, os dois trabalhos permitem uma perspectiva histórica a esse respeito.

Franco (1987) realizou o acompanhamento de alunos que se formaram em cursos técnicos agrícolas - vinculados ao antigo “segundo grau” - nos anos 1980, 1982 e 1983, em três escolas Agrotécnicas, sendo duas federais (Bento Gonçalves/RS e Uberlândia/MG) e uma estadual (Jaú/SP). Com o objetivo de avaliar o grau em que esses egressos foram absorvidos pelo mercado, a autora traçou o perfil de 174 egressos, de um universo de 557.

Segundo Franco (1987), a maioria desses alunos eram filhos de agricultores com baixa escolaridade (primário incompleto ou completo); após concluir o curso técnico, nunca chegaram a ingressar numa universidade, devido às poucas condições financeiras; escolheram o curso, sobretudo, em função das origens familiares, do “gosto” pelo cultivo da terra; estavam trabalhando na área de sua formação (Técnico Agrícola) na ocasião da pesquisa.

Mendes (2015) também caracterizou os egressos de cursos técnicos agrícolas, nesse caso, da antiga Escola Agrotécnica Federal de Janaúria – hoje IFNMG *Campus* Janaúria. Visando discutir a mudança no perfil socioeconômico dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio na instituição, ela analisa o período que vai do surgimento desta (anos 1960) até 2015. A autora identificou, nos primórdios da escola, um perfil de alunos próximo ao do estudo de Franco (1987): oriundos de famílias mais desprovidas do ponto de vista socioeconômico, filhos de trabalhadores rurais, cujos cursos realizados eram eminentemente práticos, baseados na metodologia do “fazer para aprender e aprender para fazer” (MENDES, 2015, p. 106). Verificou, ainda, que se tratava de um público de faixas etárias mais elevadas - se comparado com o dos cursos atuais da Instituição –, que buscava no curso técnico uma profissionalização para se inserir no mercado de trabalho.

Mendes (2015, p. 126) observa, no entanto, que esse público sofreu alterações, considerando as mudanças de perfil da própria instituição, a qual, inicialmente voltada para a

⁹ A pesquisa iniciou-se no ano de 2018, quando o *Campus* Avançado Janaúba contava apenas com o Curso Técnico de Informática para a Internet. Atualmente o *Campus* conta com outros dois cursos de ensino médio integrado ao técnico – um de oferta regular e outro vinculado à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹⁰ As cotas foram implantadas em atendimento à Lei nº. 12.711 de 2012, regulamentada pelo Decreto nº. 7.824 de 2012. A Portaria Normativa de nº. 18 de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação (com redação dada pela Portaria Normativa nº 9 de 2017), dispõe sobre sua implementação.

realização manual do trabalho técnico, “aos poucos incorpora saberes e agrega valores na formação do discente”. Assim, passa a interessar às classes mais favorecidas, pela possibilidade de obter um ensino de qualidade, com impacto na longevidade escolar. A autora destaca, porém, o fato de não poder fazer generalizações por trabalhar com um pequeno número de sujeitos, apontando como bem-vindos estudos que ampliem a discussão proposta.

Considerando esse contexto apontado por Mendes (2015), é interessante interrogarmos de modo mais acurado o perfil dos alunos do ensino médio integrado ao técnico na Rede Federal, na atualidade.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2018 a Rede Federal de Educação ofereceu 2.122 cursos de ensino médio integrado ao técnico, de oferta regular¹¹, espalhados em 535 unidades. Os alunos desses cursos são, em sua maior parte, do sexo masculino; autodeclarados pardos; com renda familiar menor ou igual a um salário mínimo e meio; e com idade regular para cursar o ensino médio – de 15 a 19 anos (MEC, 2019)¹².

Infelizmente, a Plataforma Nilo Peçanha não disponibiliza dados sobre a escolaridade dos pais dos alunos. Nos estudos identificados por meio da pesquisa bibliográfica, tanto qualitativos quanto quantitativos, a maioria dos pais dos estudantes são pessoas escolarizadas - sobretudo as mães - com, no mínimo, o ensino médio completo (ANDRADE; CRUZ, 2016); (ALMEIDA, 2008); (OLIVEIRA, 2010); (ZIBENBERG, 2018). E ainda, uma parcela significativa dos pais tem o ensino superior completo (MENDES, 2015); (SANTOS; SANTOS 2015) (PEREIRA 2016); (ALKMIM, 2017); (RODRIGUES, 2018).

Comparando os estudos de Santos e Santos (2015), Oliveira (2010), Almeida (2008) e Rodrigues (2018), que dispõem amostras quantitativas representativas do universo de alunos de cursos integrados em seus respectivos *lôcus* de estudo, identificamos diferenças de renda familiar, cor e procedência escolar¹³ entre alunos de instituições localizadas em grandes centros urbanos e em cidade interiorana.

Santos e Santos (2015) têm como *lôcus* de estudo o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – *Campus* São Paulo, instituição centenária, caracterizada como uma das melhores escolas públicas da capital paulista. Trata-se de uma instituição frequentada, em sua maior parte, por alunos brancos, oriundos da rede privada de ensino e com renda familiar superior a 5 salários mínimos, considerados pelas autoras como pertencentes a frações de classe média.

Oliveira (2010) também realiza seu estudo em uma instituição centenária da Rede Federal localizada em uma capital brasileira, nesse caso a capital mineira. A autora tem como *lôcus* de pesquisa o CEFET-MG, situado em Belo Horizonte, e identifica um perfil de aluno semelhante ao apontado por Santos e Santos (2015): estudantes em sua maioria brancos e oriundos da rede privada de ensino. Quanto à renda familiar, é menor que a dos alunos do IFSP – *Campus* São Paulo, considerando que no CEFET-MG, a maioria dos alunos tem renda familiar de até 5 salários mínimos. Contudo, apesar dessa diferenciação, Oliveira (2010) não considera que os alunos do CEFET-MG pertençam à classe trabalhadora, mas aponta que também não pertencem à elite, e sim a uma classe média que “vive do trabalho”, convergindo, portanto, com o público do estudo de Santos e Santos (2015).

Almeida (2008), por outro lado, realizou seu estudo na Escola Agrotécnica Federal de Salinas - hoje denominada IFNMG *Campus* Salinas -, localizada em uma pequena cidade do

¹¹ Excluídos os cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹² Dados mais detalhados serão apresentados no tópico 5 deste texto, uma vez que se optou por trazê-los em confronto com os referentes ao IFNMG - *Campus* Janaúba.

¹³ Em referência ao tipo de escola de procedência do aluno (pública ou privada).

interior de Minas Gerais. A autora identificou que a maioria dos alunos tem cor parda, é oriunda da rede pública de ensino e tem renda familiar de até três salários mínimos.

Rodrigues (2018) também realizou seu estudo em um campi do IFNMG - o *campus* Janaúria, antiga Escola Agrotécnica Federal. A autora identificou um público com perfil semelhante ao identificado por Almeida (2008): alunos em sua maioria pardos, oriundos da rede pública de ensino e com renda familiar de até três salários mínimos.

Nesse contexto, face aos estudos de Santos e Santos (2015) e Oliveira (2010) - que versam sobre instituições centenárias de educação, de origem vinculada ao ensino industrial, localizadas em grandes centros urbanos e frequentadas por um público de classe média -, Almeida (2008) e Rodrigues (2018) retratam outra realidade. As autoras estudam instituições de tradição agrícola, localizadas no Norte de Minas Gerais - em cidades interioranas, com população entre 40 e 70 mil habitantes -, cujo público-alvo dos cursos integrados são alunos de perfil bastante contrastante com o encontrado nos referidos estudos, apontando para um estrato social mais baixo.

Assim, percebemos algumas evidências da existência de diferenças de perfil de alunos entre instituições da Rede Federal, e em especial, entre grandes centros urbanos e cidades interioranas. Atentamos também para as diferenças de configuração das próprias instituições, em se tratando dos diferentes ramos de atuação profissional (agrícola x industrial) e do período em que foram implantadas.

Porém, apesar dessas evidências, não podemos afirmar de modo generalizado que nos grandes centros urbanos há um público mais seletivo de alunos cursando o ensino médio integrado, se comparado com as regiões interioranas; já que os estudos encontrados não contemplam estatisticamente o universo de estudantes do ensino médio integrado que acessam as instituições federais. Também não foi possível traçar um perfil mais geral dos alunos da Rede Federal, sobretudo pela falta de indicadores como escolaridade dos pais e procedência escolar dos alunos, dados não contemplados na Plataforma Nilo Peçanha. Reconhecemos, ainda, as limitações do levantamento de dados pela via bibliográfica, considerando que não abarcou a totalidade de produções em termos de teses e dissertações ou veiculadas nos periódicos nacionais. E nos propusemos a realizar um estudo de caso no IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba, de modo a identificar o perfil dos alunos do ensino médio integrado da referida instituição que, assim como nos estudos de Almeida (2008) e Rodrigues (2018), está localizada em uma cidade interiorana.

4.2 - O CASO DO IFNMG - *CAMPUS* AVANÇADO JANAÚBA: BREVE CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA A INTERNET, INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

De acordo com os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, podemos afirmar que, de um modo geral, o perfil dos alunos dos cursos integrados regulares do *Campus* Avançado Janaúba é convergente com o cenário nacional, estadual e regional, como veremos nas tabelas a seguir: a maioria dos alunos apresenta idade regular para cursar o ensino médio (entre 15 e 19 anos); autodeclarou-se pardo/preto; e tem renda familiar menor ou igual a um salário mínimo. Exceção apenas para o sexo dos estudantes, que no cenário local/Janaúba difere dos demais cenários. Veja na tabela 1.

Diferentemente do que ocorre nos cenários federal e estadual, no IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba verifica-se uma maioria de alunas do sexo feminino frequentando os cursos integrados regulares.

Os dados da pesquisa documental realizada no próprio *Campus* - especificamente sobre o Curso Técnico em Informática para a Internet integrado ao ensino médio do IFNMG Janaúba - confirmam essa predominância de estudantes do sexo feminino, observando-se, entretanto, uma tendência de decréscimo no decorrer dos anos, conforme demonstrado por meio da tabela 2:

Tabela 1 - Distribuição dos alunos de cursos técnicos de oferta regular, integrados ao ensino médio, da Rede Federal de Educação, por sexo, no ano de 2018.

REGIÕES	SEXO				Total de matrículas
	Feminino		Masculino		
	Freq.	%	Freq.	%	
Brasil	108.918	46 %	127.782	54%	236.700
Sudeste	27.538	45,3%	33.251	54,7%	60.789
Minas Gerais	11.235	44,5%	14.027	55,5%	25.262
IFNMG	1.663	47,5%	1.839	52,5%	3.502
IFNMG - Janaúba	70	65,4%	37	34,6%	107

Fonte: Elaboração própria, com base em MEC (2019).

Tabela 2 - Distribuição dos alunos do Curso Técnico em Informática para a Internet, Integrado ao Ensino Médio, do IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba, por turma e sexo.

Turmas	Total de alunos do curso	Feminino		Masculino	
		Freq.	%	Freq.	%
2017	38	26	68,4%	12	31,6 %
2018	34	24	70,6%	10	29,4%
2019	35	22	62,9%	13	37,1%
2020	36	21	58,3%	15	41,7%

Fonte: Elaboração própria, com base em pesquisa documental (lista de presença dos alunos) no IFNMG – *Campus* Janaúba, ano 2020.

Em se tratando da cor/raça, observamos porcentagens mais altas de pardos e pretos no *Campus* em relação aos demais contextos (Brasil, Sudeste, Estado de Minas Gerais e IFNMG). Porém, a inexistência de não respostas no *Campus* e a alta porcentagem delas nos outros contextos dificulta a comparação desses dados, assim como ocorre com relação à renda.

Quanto à renda familiar, na Rede Federal, de um modo geral, há um maior número de famílias com *per capita* de até um salário mínimo. Esse cenário ainda é mais marcante no IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba, que apresenta proporções mais elevadas de famílias nos extratos de menor renda (aproximadamente 70% de famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo).

Esses dados de renda dos alunos do IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba convergem, de certo modo, com o cenário municipal. Conforme demonstra a tabela nº. 5, considerando os dados do Censo Demográfico do ano de 2010, a renda *per capita* da maioria das famílias janaubenses (aproximadamente 77% delas) também está concentrada em até um salário

mínimo¹⁴. Mas, diferente do *Campus Janaúba*, em que o percentual de famílias que recebem entre meio e um salário mínimo é proporcional àquele que recebe entre zero e meio salário mínimo (ambos em torno de 35%), no cenário municipal há concentração um pouco maior de famílias nessa primeira faixa de renda (aproximadamente 44%). Ou seja, a situação das famílias de alunos do Campus, em relação à renda, é ligeiramente superior àquela do município em geral.

Tabela 3: Distribuição dos alunos de cursos técnicos de oferta regular, integrados ao ensino médio, da Rede Federal de Educação, por cor/raça, no ano de 2018.

REGIÃO	COR/RAÇA											
	Pardo		Preto		Branco		Amarela		Indígena		Não informaram	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Brasil	85.192	36,00	14.795	6,25	61.498	26,00	4.558	1,90	1.268	0,50	69.389	29,32
Sudeste	19.626	32,29	4.320	7,11	22.760	37,44	1.395	2,29	144	0,24	12.544	20,64
Minas Gerais	9.396	37,19	1.793	7,09	8.796	34,81	777	3,07	53	0,20	4.447	17,60
IFNMG	1.514	43,23	265	7,56	513	14,64	30	0,85	6	0,17	1.174	33,52
IFNMG - Janaúba	62	57,94	16	14,95	29	27,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: Elaboração própria, com base em MEC (2019).

Tabela 4: Distribuição dos alunos de cursos técnicos de oferta regular, integrados ao ensino médio, da Rede Federal de Educação, por renda familiar *per capita*, no ano de 2018.

Regiões	RENDA FAMILIAR PER CAPITA (em salários mínimos – s.m.)													
	0<RFP<=0,5 s.m.		0,5<RFP<=1,0 s.m.		1,0<RFP<=1,5 s.m.		1,5<RFP<=2,5 s.m.		2,5<RFP<=3,5 s.m.		RFP>3,5 s.m.		S/I	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Brasil	50.768	21,5	38.159	16,1	22.434	9,5	16.903	7,1	6.925	2,9	8.720	3,7	92.791	39,2
Sudeste	10.320	17,0	11.406	18,8	6.411	10,5	5.679	9,3	2.737	4,5	3.884	6,4	20.352	33,5
Minas Gerais	3.780	15,0	4.505	17,8	3.208	12,7	3.017	11,9	1.796	7,1	2.621	10,4	6.335	25,1
IFNMG	790	22,5	483	13,8	465	13,3	255	7,3	142	4,1	52	1,5	1.315	37,5
IFNMG Janaúba	37	34,6	38	35,5	20	18,7	6	5,6	0	0%	2	1,9	4	3,7

S/I: sem informação

Fonte: Elaboração própria, com base em MEC (2019).

Tabela 5: Distribuição dos domicílios janaubenses por classes de rendimento mensal *per capita*, no ano de 2010.

RENDA FAMILIAR PER CAPITA (em salários mínimos – s.m.)

¹⁴ O salário mínimo considerado pelo IBGE (2010) foi o vigente à época, cujo valor era de R\$510,00.

Até 1/4 de s.m.		Mais de 1/4 a 1/2 s.m.		Mais de 1/2 a 1 s.m.		Mais de 1 a 2 s.m.		Mais de 2 a 3 s.m.		Mais de 3 a 5 s.m.		Mais de 5 s.m.		Sem renda	
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
2.888	15,7	5.213	28,4	6.098	33,2	2.370	12,9	628	3,4	387	2,1	319	1,7	483	2,6

Total de domicílios janaubenses: 18.386

Fonte: Elaboração própria, a partir de adaptação dos dados do Censo Demográfico, IBGE (2010).

Ainda em relação à renda, identificamos que a maioria das famílias sobrevive com até 3 salários mínimos, o que converge com os estudos de Almeida (2008) e Rodrigues (2018), realizados em outros campi do IFNMG.

Assim, a julgar apenas pela renda familiar, poderíamos afirmar que o IFNMG é frequentado, sobretudo, por jovens oriundos de meios menos favorecidos. Contudo, precisamos levar em consideração os indicadores culturais relacionados às famílias, bem como o contexto socioeconômico em que a instituição está inserida. Nesse sentido, a análise dos questionários aplicados no contexto desta pesquisa indica que os alunos do IFNMG são oriundos de famílias escolarizadas, sendo que apenas uma minoria de pais (pai/mãe) não concluiu a educação básica, como sintetizado na tabela 6:

Tabela 6 - Distribuição dos alunos do Curso Técnico em Informática para a Internet, Integrado ao Ensino Médio, do IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba, conforme a escolaridade dos pais:

	Turma 2017		2018		Turma 2019		Turma 2020	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Nível de escolaridade da Mãe								
Educação Básica incompleta	8	25,81%	3	12%	0	0%	5	16,13%
Ensino médio completo e superior incompleto	12	38,71%	9	36%	14	54%	15	48,39%
Ensino superior completo	11	35,48%	12	48%	12	46%	11	35,48%
Não informou/desconhecido	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%
Total	31	100%	25	100%	26	100%	31	100,00%
Nível de escolaridade do Pai								
Educação Básica Incompleta	11	35,48%	11	44%	8	30,77%	10	32,26%
Ensino médio completo e superior incompleto	9	29,03%	6	24%	8	30,77%	10	32,26%
Ensino superior completo	10	32,26%	3	12%	8	30,77%	8	25,80%
Não informou/desconhecido	1	3,23%	5	20%	2	7,69%	3	9,68%
Total	31	100,00%	25	100%	26	100,00%	31	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados primários (questionários aplicados nos anos de 2019 e 2020).

Observa-se, pela tabela, que a escolaridade das mães é mais alta que a dos pais. No caso da figura materna, grande parte possui ensino médio completo ou o ensino superior incompleto. Esse percentual variou de 36% a 54% no decorrer dos anos. Também é relevante o número de mães que têm o ensino superior completo (entre 35,48% e 48%). Em se tratando

da figura paterna, varia entre 24% e 32,26% o percentual de pais com o ensino médio completo ou o superior incompleto; e de 12% a 32,26% o percentual dos que têm ensino superior completo.

O conjunto desses dados indica uma escolaridade elevada, se comparada à da população local. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Social¹⁵, em 2010, 20,4% da população janaubense, com 25 anos ou mais, havia concluído o ensino médio ou ingressado

no ensino superior e apenas 8,3% havia concluído o ensino superior. Cabe ressaltar que também nos estudos de Rodrigues (2018) e Almeida (2008) - realizados, respectivamente, nos campus Janaúria e Salinas do IFNMG - é verificada essa escolaridade relativamente elevada dos pais de alunos de alunos, em relação à população em geral.

Assim, por um lado a renda familiar dos jovens sinaliza para um público em situação relativamente equivalente à da maioria da população janaubense, apenas levemente superior – situação essa que é, por sua vez, inferior à da maioria dos estudantes da Rede Federal no país, o que é coerente com a realidade socioeconômica do município. Por outro lado, a escolaridade dos pais evidencia que se trata de um público relativamente “privilegiado”, do ponto de vista cultural, em relação à média do município de Janaúba.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os alunos do IFNMG – *Campus Avançado Janaúba* certamente não pertencem, em sua maioria, às elites do município, mas provavelmente também não se equiparam, do ponto de vista socioeconômico, aos típicos estudantes das demais escolas públicas (municipais e estaduais) da cidade. A renda ligeiramente maior e a escolaridade significativamente maior do que a média de Janaúba sinalizam a existência de um público mandatário do IFNMG, o qual tem características sociais específicas, o que será melhor analisado nas considerações finais, a seguir.

5 CONCLUSÕES

Neste estudo, procuramos colocar em discussão o perfil dos alunos que frequentam o ensino médio integrado ao técnico, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O foco principal foram os Institutos Federais, por priorizarem a oferta do ensino médio integrado. Partimos da ideia de que tais instituições têm se constituído como “ilhas” de excelência na educação básica, com tendência a serem demandadas por sujeitos de camadas sociais mais favorecidas em relação ao público inicial mandatário da educação profissional.

Realizamos, por um lado, um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, de produções científicas que pudessem se relacionar com o tema. Constatamos que há uma infinidade de estudos sobre a Rede Federal de Educação, que versam sobre diversos assuntos, o que dificultou nosso trabalho de seleção, levando-nos a fazer nova busca de modo mais aleatório. Nesse sentido, reconhecemos as limitações da pesquisa, por não abarcar a totalidade de produções científicas sobre a questão.

Por outro lado, fizemos uma busca no *Google Acadêmico* e sistematizamos todos os estudos encontrados sobre o assunto. Contudo, dentre estes, alguns não contemplam estatisticamente o universo de estudantes do ensino médio integrado nos seus *lôcus* de estudo.

Nesse contexto, a base de dados disponibilizada pelo Ministério da Educação – a Plataforma Nilo Peçanha - permitiu identificar algumas características dos alunos do ensino

¹⁵ Fonte: PNUD, IPEA e FJP apud “http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/janauba_mg”. Acesso em: 24 mar.2020.

médio integrado, a saber: sexo; cor/raça; idade e renda familiar. Já os dados sobre escolaridade dos pais e a procedência escolar dos alunos, não disponíveis na Plataforma, foram discutidos, com limitações, a partir dos estudos levantados por meio do Banco de Teses e Dissertação da CAPES e do *Google Acadêmico*. Vale ressaltar o quanto seria importante que esse tipo de informação fosse também disponibilizado na Plataforma Nilo Peçanha, por se tratar de aspectos decisivos para a caracterização socioeconômica do público atendido na rede federal de educação.

Constatamos que a maioria dos alunos do ensino médio integrado da Rede Federal são do sexo masculino; pardos/pretos; com renda familiar de até 3 salários mínimos e têm pais escolarizados, sobretudo em nível de ensino médio. Contudo, ao considerarmos instituições específicas, em um contexto mais micro, variações importantes começam a ser notadas.

Identificamos, por exemplo, diferenças de perfis de alunos entre instituições localizadas nos grandes centros urbanos e em cidades interioranas, ou também variações associadas à área de atuação e ao tempo de funcionamento das instituições. Sendo assim, o contexto local de oferta do curso - ou seja, a região em que a instituição está inserida - bem como a trajetória e a área de atuação da instituição precisam ser considerados, ao se discutir perfil de alunos. Tais constatações são importantes para a formulação de políticas públicas relativas à Rede Federal como um todo e para a elaboração dos projetos político-pedagógicos de suas instituições.

O estudo de caso realizado no IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba foi muito propício, permitindo conhecer o perfil dos alunos do Curso Técnico em Informática para a Internet, integrado ao ensino médio, ofertado em uma cidade interiorana do Norte de Minas Gerais, em uma instituição relativamente “nova”, ou seja, com pouco tempo de existência na localidade, e que possivelmente ainda esteja sendo conhecida pela população. Um perfil de aluno que, apesar de guardar convergência com o cenário nacional, estadual e regional, tem suas especificidades. Um exemplo disso é o sexo dos estudantes, em relação ao qual, diferente do cenário mais amplo, há uma significativa predominância do sexo feminino. Não foi possível, no âmbito deste estudo, levantar possíveis fatores para explicar essa peculiaridade.

Outro dado que nos chamou a atenção foi a escolaridade dos pais dos alunos. Apesar de apresentar semelhança com o nível de escolarização dos pais dos demais alunos da Rede Federal, destoa bastante da escolarização da população janaubense. Dessa forma, apesar de a renda familiar dos jovens indicar um público pouco favorecido do ponto de vista econômico, a escolaridade dos pais evidencia tratar-se de um grupo relativamente “privilegiado”, no cenário municipal, do ponto de vista cultural.

Nesse contexto, parafraseando Oliveira (2010), consideramos que, se os jovens que estão conseguindo acessar o IFNMG – *Campus* Janaúba não são os típicos jovens da “elite” janaubense, também não pertencem, em sua maior parte, aos segmentos mais desfavorecidos das camadas populares. Acreditamos, assim, que o público dessa instituição esteja, em geral, em uma posição “intermediária”, aventando a hipótese de que as elites econômicas e culturais locais não a disputem, considerando a provável preferência pela escola privada; e que as camadas menos favorecidas não a “alcancem” por não a conhecerem ou por não conseguirem acessá-la, tendo em vista o processo de seleção.

Mesmo levando em conta a existência de cotas para entrada no IFNMG, a suposição – reforçada por outros dados empíricos levantados durante a pesquisa, bem como por outros estudos como os citados neste texto – é de que diversos fatores, como a própria realização da seleção para ingresso ou o prestígio relativo à qualidade de ensino, concorrem para que o Instituto Federal em Janaúba seja acessado por um público que, pertencendo às frações

inferiores das classes médias ou às frações superiores das camadas populares, tem um capital escolar e informacional que o diferencia nesse contexto. A exemplo do que é relatado por Mendes (2015), tal público tende a escolher o Instituto Federal muito mais pela possibilidade de obter um ensino público de qualidade no nível médio, conseqüentemente com melhores chances de acessar o ensino superior, do que pela formação técnica e profissionalizante que o ensino médio integrado lhe oferece. Como lembra a mesma autora, tal mudança interatua com transformações também vividas pela instituição, com as modificações nas concepções filosóficas e pedagógicas da educação profissional e nas suas metodologias de ensino. Trata-se, portanto, de questão de grande relevância, a ser melhor investigada em outros Institutos Federais e considerada no debate sobre essa modalidade de ensino.

Este trabalho aponta, portanto, para a importância de que seja dada atenção a esse tipo de discussão no interior da Rede Federal de Educação Profissional e no campo educacional como um todo, uma vez que se trata de compreender melhor o papel exercido por essa Rede no interior do sistema de ensino, em relação ao público atendido; as demandas que lhe são colocadas por esse público e as realidades sociais com as quais dialoga em cada contexto. Tal importância se acentua ao se levar em conta, por um lado, o alto investimento público feito na Rede Federal de Educação Profissional e os objetivos desse investimento, voltados para a democratização do ensino público de qualidade; e, por outro lado, no caso do ensino médio integrado ao técnico, ao se considerar o debate sobre a dimensão profissionalizante e a dimensão formativa geral e/ou propedêutica.

Esperamos que o estudo possa oferecer subsídios para outras abordagens, sobretudo aquelas que procurem identificar os motivos pelos quais jovens de meios relativamente mais favorecidos escolhem um ensino médio profissionalizante, relegado historicamente aos “desafortunados da sorte” e em um momento tão decisivo para a trajetória escolar, que é a preparação para o acesso ao ensino superior; ou pesquisas que avaliem que tipo de questões essa diversificação do público atendido pode trazer para o trabalho educacional com esse nível/modalidade de ensino, nos Institutos Federais de Educação.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Miriam Rodrigues Guedes. **O perfil do aluno cotista negro do IFNMG Campus Januária no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, 2017. 156 p.

ALMEIDA, Marilze do Carmo Lima e. **A relação família-escola e a produção da qualidade de ensino na Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008. 103 p.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CRUZ, Juliane Barros. Juventudes e educação profissional: um estudo de caso junto aos jovens que cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico no IFCE – *Campus* Fortaleza. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 3, ed. especial, p. 39-61, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/6750>. Acesso em: 18 fev. 2019

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566**, de 23 de Setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Lei n.º 6.545**, de 30 de junho de 1978, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Decreto n.º 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Lei n.º 11.892**, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 17 jan. 2014.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, Jaqueline (org). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 9, p.159-174.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flasco, 2000.

DICETTI *et al.* Perfil de usuários da biblioteca do Instituto Federal Farroupilha – *Campus São Vicente do Sul*. In: MOSTRA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA (MECTEC): “EDUCAÇÃO PROMOVENDO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A VIDA”, 2017, São Vicente do Sul, RS. **Anais [...]**. São Vicente do Sul, RS: Instituto Federal Farroupilha, Simone Medianeira Franzin, 2018. Resumo Expandido. Disponível em: <http://mectec.svs.iffarroupilha.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/anais-mectec.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FRANCO, Maria Laura P. O ensino técnico agrícola do ponto de vista dos seus egressos. **Cad. Pesq.**, São Paulo (60): p. 15-27, fev. 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO,

Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: tabela 3261 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita**. Ano 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3261>. Acesso em: 09 out. 2020.

_____. **Estimativa da população residente no Brasil e Unidades da Federação - com data de referência em 1º de Julho de 2019**. Publicado em 27 de agosto de 2020 no Diário oficial da União. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 abr. 2020.

IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)**. Publicado em 2013. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/index.php/documentosinstitucionais/regulamentos>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MEC/SETEC. **Chamada Pública MEC/SETEC nº. 01/2007**. Chamada Pública de Propostas para Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em: 22 jan. 2014.

MEC – Ministério da Educação. **Portaria nº. 1.291**, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 31 dez. 2013.

MEC – Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2019 (Ano Base 2018)**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MENDES, Izabel Alves Macedo. **O perfil do aluno do IFNMG Campus Januária em perspectiva sociológica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015. 145 p.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline (org). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 3, p. 58-79.

NOGUEIRA *et al.* Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 61-90, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e161036.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

OLIVEIRA, Nilza Helena de. **Instituições Federais de Educação Tecnológica: estabelecimentos escolares de referência no ensino médio brasileiro – o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010. 390 p.

OLIVEIRA, Regiane. Ilhas de excelência em meio ao caos. **El País**, São Paulo, 12 dez. 2016. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html> Acesso em: 12 jun. 2017.

OTRANTO, Célia Regina. A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011 Natal, RN. **Texto [...]**. Disponível em:
<http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>. Acesso em 19 mar. 2020.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em:
<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PEREIRA, Ewângela Aparecida. **Relação Família e Escola: estratégias de escolarização em cursos de Educação Profissional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) – Campus de Campo Grande/MS**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, MS, 2016. 271 p.

SALDAÑA, Paulo; TAKAHASHI, Fábio; GAMBÁ, Estêvão. Institutos Federais lideram nota do ENEM em 14 Estados. **Gazeta do Povo**, Paraná, 15 jan. 2018. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados-83ypmfzthn6gx8v8npmb7fa7l/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SANTOS, Danielle de Souza; SANTOS, Marcela Kleiciane Nascimento dos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e o direito a uma escola pública de qualidade: um estudo sobre o perfil dos jovens estudantes ingressantes no ensino médio técnico integrado. *In*: COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)”, 3., 2015, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal, RN: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2015. Trabalho vinculado ao Eixo Temático I – Políticas em Educação Profissional. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-46.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

XIMENES, Luciano Jany Feijão. (org.). **Perfil socioeconômico do Norte de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2016.

ZIBENBERG, Igor Ghelman Sordi. Perfil do estudantes do ensino médio integrado do Campus Restinga do IFRS: justiça social ou seletividade escolar? *In*: XII ANPED SUL “Educação, Democracia e Justiça Social”, 2018, Porto Alegre/RS. **Anais [...]**. Rio de Janeiro/RJ: ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2018. Trabalho 1370. Disponível em:
http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1370-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.